

PREFÁCIO

Num mundo em que as incertezas e os problemas ambientais, sociais, económicos, culturais e políticos se adensam, persiste, não obstante, no espaço europeu um mosaico territorial diversificado e dinâmico. Com efeito, as potencialidades sucedem-se e tornam-se inspiradoras de estratégias conducentes a um desenvolvimento tendencialmente sustentável e inclusivo, já que cada vez mais se adiciona à abordagem económica a ambiental e a sociocultural, realçando as políticas em que a preservação das paisagens se conjuga com a valorização do património, ou com a revitalização dos quadros sociais. Este último parâmetro foi ainda incrementado na sequência dos fluxos migratórios que se têm revelado indissociáveis dos conflitos bélicos e dos contrastes de desenvolvimento, enquanto se reacendem antagonismos de carácter político e cultural, ou mesmo religiosos.

Urge, pois, construir oportunidades, dinâmicas catalisadoras, mas num contexto em que se preserve a diversidade e os valores autóctones. Tal pode desenvolver-se num quadro onde coexistam políticas estruturantes e inovadoras, fundamentadas numa sociedade digital, na educação e no conhecimento, o que favorecerá também a eficiência da exploração dos recursos endógenos. Assim se possibilitará a aposta num desenvolvimento sustentável, em que a inovação e a investigação científica e tecnológica estejam patentes, bem como os valores societários e culturais.

Permanecendo, contudo, um quadro problemático, exige-se a continuidade de uma reflexão que contemple esta multiplicidade territorial, incidindo sobre o espaço europeu, mas numa perspetiva que o correlacione com outros espaços, como os lusófonos, designadamente o Brasil, com o qual se tem vindo a institucionalizar projetos comuns e análises estratégicas agregadoras. Há, de facto, que prosseguir com as múltiplas abordagens das diversas problemáticas, em contexto multidisciplinar e num quadro interuniversitário, mediante a participação de instituições universitárias de diversos países, por forma a aprofundar-se sinergias tendentes a uma coesão e revitalização social, cultural, económica e ambiental. Esta linha orientadora encerra, de igual modo, os princípios decorrentes dos “Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável”, ou “Objetivos Mundiais” (ONU), através dos quais se pretende estruturar e incrementar um desenvolvimento global nos próximos 15 anos, que inclua áreas tão diversas como as alterações climáticas, a desigualdade económica e social, a inovação e o desenvolvimento tecnológico, ou, ainda, a produção e o consumo sustentáveis, ou mesmo a paz e a justiça.

Há, pois, que continuar a refletir sobre a diversidade territorial, social e cultural, sob várias perspetivas (geográfica, histórica, ambiental, económica, social, cultural e jurídica), incidindo sobre o espaço europeu, mas também noutros, como os lusófonos, especialmente o Brasil, divulgando experiências e estratégias que possibilitem um desenvolvimento holístico, sustentável. Neste contexto, é indispensável dar continuidade a estudos que catalisem quer a comunidade científica, quer a sociedade civil com capacidade interventiva na gestão e no planeamento do território.

É neste âmbito que surgem publicações como “The Overarching Issues of the European Space / Grandes Problemáticas do Espaço Europeu – Rethinking Socioeconomic and Environmental Problems, Repositioning Territorial Development Policies / Repensar os Problemas Socioeconómicos e Ambientais, Reposicionar as Políticas de Desenvolvimento Territorial”, tarefa em que colaboram especialistas de diversas universidades portuguesas, mas também francesas, búlgaras, romenas, galegas, croatas e brasileiras. Assim se criam sinergias que proporcionem um eficaz ordenamento do território, no qual a coesão territorial e a revitalização social, económica e ambiental se conjuguem de forma harmoniosa.

Perante este enquadramento, surge a presente publicação, estruturada em quatro partes, abarcando temáticas incisivas que induzem a um desenvolvimento sustentável e inclusivo. Na verdade, há que explorar novas perspetivas que abarquem as componentes sociais e culturais, como se constata na primeira parte desta publicação, designada “Novas Perspetivas para o Desenvolvimento Social e Cultural”. Inclui as colaborações de especialistas de Portugal, Bulgária, Roménia e Brasil, abordando problemas de âmbito social, como o envelhecimento demográfico e as estratégias de inclusão, nomeadamente as políticas públicas de saúde (Miriam Delboni), ou outras estratégias que mitiguem a segregação social (Rogério Silveira). Não obstante, os entraves persistem neste e noutros âmbitos, razão pela qual se multiplicam os movimentos sociais (Célia Silva), associados a alterações políticas e de gestão visíveis nos espaços urbanos, mas também nos meios rurais (Ana Fernandes / M^a Conceição Ramos, ou ainda Atanas Dermendzhiev, Milen Penerliev e Slavi Dimitrov). Por seu lado, neste cenário permanece indiscutível a relevância da vertente financeira (Ileana Constantinescu), se bem que sendo indistigável e crescente a vertente social, quando se valoriza cada vez mais um desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Persistem, contudo, os obstáculos a este desiderato, multiplicando-se os acidentes de origem natural, mas sobretudo antrópicos. No entanto, como antídoto, surgem também as estratégias para a sua mitigação. Neste contexto, aparece a segunda parte desta obra designada “Riscos Naturais e Antrópicos e Contributos para um Melhor Desenvolvimento Territorial”. Dada a dispersão territorial e a diversidade de riscos, abordam-se as inundações e seus reflexos na Península Ibérica (Alexandre Rodríguez), mas também os incêndios florestais na Croácia (Borna Fuerst-Bjelis *et al.*), um problema com raízes centenárias, se bem que com forte incidência nas últimas décadas. Acrescem os riscos antrópicos, como os associados às intervenções urbanas, nomeadamente no Rio de Janeiro, na sequência da implantação da cidade olímpica e dos seus efeitos no campo térmico (Andrews Lucena e Leonardo Peres), ou ainda os reflexos no património cultural na sua interligação com as alterações climáticas (Carlos Alves *et al.*), também incisivas em migrações ambientais forçadas (Ana Moreira e M^a Conceição Ramos).

Felizmente, é cada vez mais valorizada a diversidade patrimonial como componente de um desenvolvimento integrado, preservando, mas também revitalizando cenários onde a sustentabilidade dos territórios é o objetivo central. Assim surge a terceira parte desta obra,

designada “Património Cultural e Sustentabilidade dos Territórios”. Dominando as contribuições de especialistas portugueses, estas conjugam-se com outras provenientes de Espanha e da Roménia, através das quais se realça sobretudo a conexão entre património e turismo, atividade indutora da rentabilização patrimonial e do desenvolvimento territorial, mas evidenciando sempre a importância da diversidade, como é o caso da Galiza (Manuela Costa-Casais e M^a Isabel Alves), ou da esfera vitivinícola (Philippe Baumert), ou ainda da multiplicidade de rotas temáticas, aqui exemplificadas com a Rota dos Moinhos (Delfina Vilela e Paula Remoaldo). Acresce a importância das termas e do turismo de saúde na Roménia (Ileana Constantinescu e Adriana Motatu), ou ainda o impacto das identidades e culturas de comunidades específicas, como as piscatórias, vertente valorizada por Natália Ramos. Numa abordagem inovadora e inclusiva, surge também a relação entre os invisuais e o usufruto do património em termos culturais e turísticos na cidade de Braga (Norte de Portugal), concretizada por Sandra Anacleto e Paula Remoaldo. E como ignorar o papel da cultura nas Capitais Verdes Europeias, na sustentabilidade, na preservação e no desenvolvimento da União Europeia (Ricardo Martins, Flávio Nunes)?

Obviamente que um aspeto fulcral para se atingir uma perceção cada vez mais abrangente, holística, decorre da valorização crescente da educação e das suas práticas numa sociedade cada vez mais alerta para a visão multifacetada, necessária para se atingir um elevado nível de desenvolvimento. Assim surge a quarta parte desta obra, intitulada “Práticas Educativas numa Sociedade em Mudança”. Na realidade, e tendo em mente este objetivo, multiplicam-se e diversificam-se as estratégias nacionais e regionais, as práticas e os métodos educativos diferenciados, como se exemplifica com estudos oriundos da Bulgária, do Brasil ou de Portugal. Assim se aborda a importância da educação interativa e do estudo/revalorização do meio ambiente (Stela Dermendzhieva e Martin Doykov), aspeto também presente na relação entre a educação ambiental e o problema dos resíduos (M^a Alexandra Macedo e M^a Conceição Ramos), ou ainda a relevância do mapeamento conceitual (Pedro Pateira). Por outro lado, também o jogo didático constitui um aspeto importantíssimo nos processos de aprendizagem, como ficou patente com a “Volta ao mundo em 10 climas” (Licínio Azevedo), para além da abordagem e do destaque de instituições com forte impacto, como a Organização das Nações Unidas (Joana Barroso) e os espaços patrimonializados pela UNESCO, nomeadamente os rurais (Marisa Cardoso). Deste modo se operam alterações metodológicas e programáticas na formação das novas gerações, com reflexos indeléveis na preservação dos patrimónios e no desenvolvimento territorial. Felizmente que a criatividade, a formação e a inovação se aprofundam cada vez mais, potenciando a melhoria da formação técnica e profissional da população e a sua atenção aos recursos endógenos. Estas mutações também são visíveis na formação dos professores, e a diferentes latitudes, como se confirma no exemplo brasileiro da “baixada fluminense” (Leandro Oliveira e André Rocha).

Em suma, apesar da multiplicidade de problemáticas com que diariamente nos confrontamos e da persistente sobrevalorização do quadro económico, de uma forma consistente, também as vertentes ambiental, societária e cultural sobressaem cada vez com

maior relevância e aceitação pelos poderes decisórios. Para tal, porém, é indispensável a formação técnica e cultural e o aspirar a um real desenvolvimento sustentável, polifacetado mas também distintivo, através do qual se aprofunda a coesão territorial e a inclusão social. Na verdade, as potencialidades endógenas persistem, mas têm de ser enquadradas estrategicamente de uma forma integradora, dinâmica, inovadora e harmoniosa, preservando os distintos quadros sociais e culturais, única forma de se atingir um efetivo desenvolvimento inclusivo.

Helena Pina

Dezembro de 2016